Globethics Repository

Guerras e seus silenciamentos [Wars and their silences]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Meneses, Maria Paula
Publisher	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-11-07 10:32:36
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/154418

Guerras e seus silenciamentos

Atores africanos na frente de Moçambique durante a I Guerra Mundial

Maria Paula Meneses

Resumen

Este artículo aborda uno de los temas menos estudiados de la historia de África: el papel de los africanos en los distintos escenarios de la Primera Guerra Mundial. Mediante el análisis de diversas fuentes y documentos se aborda la problemática silenciada de un conflicto que se recuerda como estrictamente europeo, pero que tuvo un fuerte impacto en las el continente africano, como lo demuestran las invasiones alemanas a las colonias portuguesas de Angola y Mozambique.

Abstract

This article discusses one of the least studied African history themes: the role of Africans in the different scenarios of World War II. By analyzing various sources and documents the problems silenced conflict is remembered as a European strictly addressed, but had a strong impact on the African continent, as demonstrated by the German invasions of the Portuguese colonies of Angola and Mozambique.

CyE
Año VI
Nº 12
Segundo
Semestre
2014

Maria Paula Meneses

Es investigadora del Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra. doctora en antropología de la Universidad de Rutgers (EE.UU.) y Master en Historia por la Universidad de San Petersburgo (Rusia). También es miembro del Centro Aquino de Estudios Sociales de Bragança en Mozambique. Es profesora en varios programas de doctorado y co-coordinadora del doctorado "Post- colonialismo y ciudadanía global". Anteriormente fue profesora en la Universidad Eduardo Mondlane, Mozambique.

Researcher at the Centre for Social Studies , University of Coimbra, PhD in anthropology at Rutgers University (USA) and Master in History from the University of St. Petersburg (Russia). Member of the Aquino Center for Social Studies of Bragança in Mozambique. She teaches in several doctoral programs and co -coordinator of the doctoral program "Post- colonialism and global citizenship". Previously taught at the University Eduardo Mondlane , Mozambique.

Palabras clave

1| Primera Guerra Mundial **2|** África **3|** Angola 4| Mozambique 5| Colonias

Keywords

1| *World War I* **2|***Africa* **3|** *Angola* **4|** *Mozambique* **5|** *Colonies*

Cómo citar este artículo [Norma ISO 690]

MENESES, Maria Paula Guerras e seus silenciamentos. Atores africanos na frente de Moçambique durante a I Guerra Mundial. *Crítica y Emancipación*, (12): 29-58, primer semestre de 2015.

Guerras e seus silenciamentos

Atores africanos na frente de Moçambique durante a I Guerra Mundial* ** ***

MARIA PAULA MENESES

Com as comemorações do centenário da Iª Guerra Mundial (Iª GM) ocupando um lugar de destaque, surpreende-nos o facto de pouco ou nada ser falado sobre 'outros' teatros de violência onde esta guerra teve lugar, como é o caso do continente africano, incluindo os palcos de Angola e Moçambique, então colónias de Portugal.

A presença de africanos nas campanhas militares da Iª GM na África subsaariana está refém de arquivos, essencialmente na posse das ex-potências coloniais, em nome de quem estes africanos lutaram. Os vários níveis de mediação que estes arquivos colonias apre4sentam dificultam o acesso à leitura mais densa das múltiplas histórias que esta guerra integra: o redefinir das fronteiras de África, o recrutamento forçado de africanos para combater em nome de um conflito entre potências europeias, a mobilização obrigatória de carregadores, são apenas alguns exemplos.

Um dos tópicos menos estudados na história africana está relacionado com o papel dos africanos nos exércitos europeus em vários teatros de guerra. No caso de Portugal, é o ataque alemão às suas duas colónias africanas - Angola e Moçambique – entre 1914 e 1915 que precipita a entrada deste país na Iª GM. (Vincent-Smith, 1974). Explorando materiais de arquivo e publicações existentes, este artigo almeja contribuir para um mais amplo estudo sobre a guerra e as condições e situações de resistência a ela, tomando como referência os silêncios sobre os teatros africanos na Iª GM e a participação africana neste conflito.[1] Esta reflexão recentra os debates sobre a colonização

* Este trabalho foi realizado no âmbito de um projeto de pesquisa intitulado 'Alcora', apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT no âmbito do projecto Fcomp-01-0124-FEDER-019531.

** Presentación en el Conversatorio sobre "Memoria, Derechos Humanos y Justicia en África y América Latina", organizado por el Programa Sur-Sur de CLACSO e IDAES/UNSAM en Buenos Aires en el año 2014.

*** Os meus agradecimentos à Carolina Peixoto, pela tradução do texto.

1 Para uma perspetiva mais detalhada sobre este tópico veja-se Downes, 1919; Lettow-Vorbeck, 1920; Pires, 1924; Gomes da Costa, 1925; Costa, 1932; Pélissier, 1987; Arrifes, 2004; Afonso, 2008, Correia, 2010, Marques, 2012.

mental que insidiosamente nos permeia, recordando que a Iª GM, um conflito entre poderes imperiais europeus, se desdobrou para além dos limites geográficos da Europa.

As distorções presentes nas principais interpretações sobre a Iª GM e aos conflitos a ela associados têm raízes na tendência eurocêntrica para tratar os fenómenos sociais africanos como "locais", "atípicos", "exteriores às explicações racionais globais", onde a temporalidade linear atua como um suposto espaço neutro, dentro do qual se desenrola a história. Isso explica porque o direito à história (Césaire, 1955) emergiu como um grito e exigência coletiva entre os movimentos emancipatórios que se espalharam pelo continente depois da 2ª GM, com africanos reclamando o direito a decidir seus próprios destinos (soberania) e critérios de pertencimento (autonomia). Essas reivindicações demandavam a reapropriação de seus conhecimentos, de suas capacidades de conhecer autonomamente o mundo, de representar isso e, consequentemente, de autodefinirem-se (Mbembe, 2002: 242).

A análise do impacto da Iª GM no território que é hoje Moçambique, e que constitui o cerne deste texto, soma-se ao crescente número de debates académicos e políticos que enfatizam a necessidade de interpretar a economia política deste conflito no cruzamento de fatores locais, nacionais e regionais. Estes debates têm apontado como meias verdades, silenciamentos e mentiras (White, 2000) podem descobrir lutas e opções políticas, assim como as relações de poder que lhe estão subjacentes. Esquecer ou silenciar faz parte da construção de qualquer projeto histórico; e as mentiras e silenciamentos são eles próprios narrativas construídas, cujo conteúdo é negociado. Uma forma concreta de apagar ou subalternizar um ator histórico e os seus feitos faz-se pela negação e esquecimento da sua presença e participação, enquanto sujeito e narrador, na sua história. Seguindo a proposta teórico-metodológica da sociologia das ausências e das emergências, avançada por Boaventura de Sousa Santos (2003),[2] este artigo examina a situação de Moçambique enquanto um dos teatros africanos da Iª GM, com o objetivo de dar visibilidade a fatos e atores que têm sido ativamente

2 Boaventura de Sousa Santos (2003) tem vindo a desenvolver uma reflexão sociológica, articulando dois eixos: a sociologia das ausências, que procura expandir o domínio das experiências sociais que, embora disponíveis, são produzidas como não existência, de tal forma que o seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais; e a sociologia das emergências, que almeja ampliar o domínio das experiências sociais possíveis, criando as condições necessárias para valorizar a experiência e evitar o desperdício. Neste capítulo a abordagem potencia o uso da sociologia das ausências.

produzidos como inexistentes pelas abordagens eurocêntricas que dominam a produção historiográfica sobre o tema. Esta abordagem, desconstrói o silêncio produzido pela versão hegemónica, eurocêntrica desta guerra, ao (re)contar as histórias dos múltiplos atores envolvidos neste conflito, a partir de suas perspetivas, contextualizando a África como parte de uma história mais ampla e interligada. Este trabalho também pretende igualmente analisar as repercussões da Iª GM (e a implementação dos códigos de trabalho coloniais) no estabelecimento do moderno colonialismo em Moçambique (e nas outras colónias portuguesas em África), um símbolo da importância de um processo

Um dos tópicos menos estudados na história africana está relacionado com o papel dos africanos nos exércitos europeus em vários teatros de guerra.

de democratização da moderna historiografia, uma condição para a descolonização da história do mundo.

Este trabalho está organizado em quatro partes. Num primeiro momento procura-se caracterizar a moderna colonização portuguesa em Moçambique, através das próprias forças africanas que participaram nesta guerra. Para ampliar a leitura colonial deste episódio é discutida uma combinação de implicações e relações locais e globais relativas à implementação das políticas coloniais neste território, destacando o que diz respeito à aplicação de uma regulamentação específica para a exploração do trabalho da população local, africana. Um segundo momento tem como objetivo aprofundar a análise dos processos através dos quais os projetos coloniais envolveram-se na reorganização dos modos de exercício do poder do Estado – tanto no espaço metropolitano, como no ultramarino, colonial. O terceira momento abre para uma discussão sobre as especificidades do Exército Português no espaço colonial. Nesta parte procuro explicar a relação entre a legislação do trabalho forçado e o surgimento de tropas africanas (ir)regulares em Moçambique, durante a Iª GM, para finalizar com uma discussão mais ampla sobre as implicações de silêncios e mentiras sobre a história africana nos debates contemporâneos sobre a violência dos encontros coloniais.

Questionando a participação na guerra: quem lutou na Iª Guerra Mundial?

Recentemente, durante uma sessão de trabalho no norte de Moçambique, entrevistando pessoas sobre as consequências da guerra e suas violências,[3] uma senhora bastante idosa referiu-me que ali morava porque havia herdado a casa do seu pai, que havia sido carregador na "antiga grande guerra" cuja violência devastara a região. Curiosa sobre este episódio, descobri que um bairro inteiro de Pemba, uma cidade no extremo norte de Moçambique, mantinha o nome de Cariacó – numa alusão aos Carriers Corps –, porque membros desses 'batalhões' de carregadores, oriundos de vários locais, se teriam ai estabelecido com o fim da guerra.[4] No norte de Moçambique, um território com pouca, ou nenhuma, infraestrutura de transportes, a força de trabalho local tornou-se elemento chave para carregar bens e pessoas durante a Iª Guerra Mundial. E este episódio espelha como se produz esquecimento sobre homens e mulheres que, direta ou indiretamente, participaram na Iª GM.

O curso desta guerra está igualmente intimamente ligada à noção de resistência. O termo resistência é frequentemente utilizado para definir as repostas africanas em relação ao colonialismo. Normalmente, as estratégias adotadas por aqueles que resistiram (de várias maneiras) às forças de ocupação são enfatizadas, enquanto as opções daqueles que submeteram-se ou cooperaram com a administração colonial são menosprezadas. No entanto, insistir em considerar em termos absolutamente opostos as estratégias de capitulação e resistência ao colonialismo reduz drasticamente a diversidade de uma ampla rede de situações que a última fase da intervenção colonial moderna condensou. Muitos africanos juntaram-se aos exércitos coloniais em busca de dinheiro, de acesso a um emprego, a uma posição social e à educação. Essas proposições imperiais funcionaram muitas vezes, ainda que de forma um pouco vaga, como meios de aliciamento; noutros casos, apenas lideranças políticas africanas minoritária deram apoio aos poderes recém chegados. Nestas situações, "*a ocupação foi muitas vezes garantida através de negociações e tratados que envolviam ofertas duvidosas de 'proteção' (muito no sentido atribuído pela máfia ao termo) aos governantes locais*" (Parker e Rathbone, 2007: 97). As

3 O trabalho centrava-se na guerra colonial/de libertação, que foi travada inicialmente no norte de Moçambique.

4 Situação semelhante também ocorre em outras cidades da África Oriental, como Nairobi, no Quênia, onde existe um bairro chamado "Kariakor", ou o "Kariakoo", em Dar-es-Salaam, Tânzania (Hodges, 1997).

razões por trás da escolha entre 'submeter-se', ou não, à dominação colonial moderna foram múltiplas, incluindo a rendição, a necessidade de proteção contra outros inimigos (internos e/ou externos), uma má colheita (e, consequentemente, episódios de fome), ou para aumentar o poder dos estados locais. A resistência assumiu também várias formas, incluindo a não cooperação, as recusas ao pagamento de impostos, a manutenção de sistemas próprios de crenças, entre outras estratégias. Nem sempre necessariamente violentas, estas ações ameaçavam os objetivos políticos e económicos estratégicos do Estado colonial que procurava instalar-se, efetivamente, nesta região de África a partir do final do século XIX.

Enquanto um marco importante da fase de consolidação da dominação colonial do continente africano, a Iª GM exige uma interpretação mais ampla: não só em relação à participação de africanos (como tropas e carregadores) neste conflito, mas também no que diz respeito as suas implicações para as colónias africanas e para as populações locais que participaram, direta ou indirectamente, nos esforços de guerra. A Iª GM eclodiu logo após a 'ocupação' efetiva do norte de Moçambique. Para a manutenção do esforço de guerra, numa situação de escassez de soldados europeus, Portugal recorreu a forças nativas, mal treinadas e com pouca empatia e interesse em participar nessa luta, condição compartilhada com uma legião de carregadores, outro grupo de atores fundamentais neste conflito (Faustino, 1920). Neste contexto, a imposição de um regime oficialmente sancionado de trabalho forçado tornar-se-ia crucial para transformar camponeses locais em carregadores.

Se a narrativa dominante sobre a Iª GM é, acima de tudo, sobre os ganhos e perdas dos impérios europeus, nos múltiplos contextos africanos essa guerra significou a consolidação das modernas políticas coloniais, situação que ocorreria a par e passo de inúmeros episódios de resistência. Domar os nativos – explorando a sua força de trabalho para o 'maior' benefício das sociedades europeias metropolitanas, mais avançadas –, juntamente com a exploração dos outros recursos 'naturais' presentes nos territórios coloniais tornou-se a razão que justificava a existência da presença política colonial europeia em África, através da moderna administração do Estado colonial (Meneses, 2010: 72-73; Allina-Pisano, 2012: 12-13).

A colonização moderna de Moçambique

Portugal tornou-se, em finais do século XIX, juntamente com outros países da Europa, uma das principais potências coloniais em África. A luta pela efetiva colonização do 'continente negro' foi

resultado da Conferência de Berlim de 1884-1885,[5] o que desencadeou as condições para a formalização da dominação colonial efetiva no continente. Em Berlim, os países europeus não só chegaram a um acordo sobre as fronteiras imperiais da África –para evitar conflitos futuros–, mas também impuseram as regras de ocupação 'formal' de vastos territórios, como forma de legitimar a sua presença colonial em África.[6] O resultado imediato dessa Conferência foi a divisão da África entre as principais potências imperialistas europeias: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Portugal e Itália.[7] Os motivos que desencadearam este interesse renovado na África foram múltiplos: identificar e controlar matérias-primas necessárias para o desenvolvimento do complexo industrial da Europa;[8] difundir a fé cristã, razão que resultou do etnocentrismo e racismo europeu;[9] controlar os mercados e impor o alegado modo europeu civilizado de viver. Neste contexto, o colonialismo deve ser discutido como uma forma de 'barbárie civilizada', uma expressão da legalidade burguesa contemporânea do século XIX-XX, e não uma violação da mesma (Monnerville, Sédar-Senghor e Césaire, 1948: 23). Porque as realidades africanas não 'encaixavam' o projeto moderno formatado na Europa, os poderes imperiais europeus consideraram ter o direito de impor – mesmo através de meios violentos – o projeto político eurocêntrico, considerado mais avançado, em relação ao 'resto' do mundo. Para justificar o projeto colonial, rotulado como uma '(a)ventura civilizacional', os povos africanos foram apresentados como não tendo qualquer referência ética positiva, devendo-lhes ser impostas as

5 Esta conferência veio a simbolizar a formalização da 'corrida' para o continente africano por potências europeias. O surgimento da colonização moderna levou à eliminação da maioria das formas africanas de autonomia e autogovernação até então existentes.

6 Na conferência Portugal iria reivindicar seus 'direitos históricos' a grandes regiões do continente. No entanto, por causa da condição de 'ocupação formal' do continente, a maioria de suas reivindicações não foram reconhecidas, o que forçou Portugal a realizar uma série de campanhas militares e atividades 'diplomáticas' para justificar a sua presença nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné.

7 A partir de então o Reino Unido controlaria cerca de 36% do continente africano, a França 30%, Portugal 7%, Bélgica e Alemanha controlariam, cada um, cerca de 8 % do continente e a Itália 7%.

8 Isso justificaria a série de viagens de exploração realizadas no continente durante a segunda metade do século XIX.

9 Porque no Sudeste africano o Islão e outras crenças religiosas tradicionais (incluindo o Cristianismo) estavam presentes, no final do século XIX os colonialistas europeus julgaram que havia uma clara necessidade de fazer proselitismo e converter os africanos ao 'verdadeiro cristianismo', com base em interpretações eurocêntricas do Evangelho.

referências éticas eurocêntricas, justificadas pela superioridade moral dos europeus (apresentados como brancos) em África. A violência da dominação incluiu o assumir do comando da história africana e a imposição de soluções julgadas adequadas principalmente para os europeus que ai habitavam, e não para os africanos. Este projecto traduziu-se na 'invenção' de um projeto que visava proporcionar aos africanos uma nova identidade, forjada a partir da ideia europeia sobre um continente tão diverso (Mudimbe, 1994). Assim, os antigos cidadãos e sujeitos de reinos africanos e das comunidades apátridas tornaram-se súditos coloniais.

O estado colonial, como estrutura original e depositário do poder social, detinha o direito de 'ensinar' os africanos a trabalhar, se necessário, recorrendo à violência física.

Descrevendo Moçambique à beira da implantação da moderna autoridade portuguesa, António Ennes, o primeiro Alto Comissário português desta colónia, salientava: "*O caráter e os costumes dos habitantes locais não permite que a civilização conte com eles para o desenvolvimento* [da região]"(1971 [1893]: 24). Para Ennes, a força de trabalho era o principal recurso valioso nas colónias africanas, a ferramenta mais poderosa para civilizar esses territórios (1971 [1893]: 70). Simultaneamente, Ennes foi um forte defensor da imposição de um regime jurídico especial, separado, para a população indígena de Moçambique, regime este que continha em si aos elementos centrais da política colonial portuguesa em África: o us9o do trabalho forçado como instrumento de exploração. Ennes defende: "*O trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar sertões ínvios, a única polícia que há-de reprimir a escravatura, [...] a educação que conseguirá metamorfosear brutos em homens. O selvagem que pegou no trabalho, rendeu-se cativo à civilização, ela que o discipline*." (1971 [1893]: 74).

A propaganda colonial portuguesa não reconhece que a sua presença em contextos africanos significava a ocupação de terras de

onde provinham os meios de subsistência das pessoas que ocupavam esses territórios; tampouco reconhecia que a 'educação pelo trabalho' correspondia, na prática, à exploração brutal da mão-de-obra local; em vez disso, a administração colonial elegeu-se como tutora auto-nomeada dos nativos supostamente desprotegidos, que supostamente ainda não haviam atingido um estágio evolutivo que lhes permitisse a eles mesmos tomar decisões responsáveis (Meneses, 2010).

Neste contexto, as colónias portuguesas em África encarnaram um espaço que deveria domesticado tanto através da educação, como do ensino do 'hábito do trabalho' aos africanos, onde os colonizados personificava um espaço-tempo antes da civilização moderna. O estado colonial, como estrutura original e depositário do poder social, detinha o direito de 'ensinar' os africanos a trabalhar, se necessário, recorrendo à violência física. No final do século XIX, o trabalho forçado surgiu uma das alavancas políticas centrais para tornar a ocupação efetiva das colónias africanas num empreendimento rentável. E uma série de atos jurídicos forçaria - moral e legalmente - as populações indígenas de Moçambique ao trabalho, uma obrigação legitimada como meio para civilizar os africanos (Ennes, 1946 [1899]: 27).

O peso da regulamentação do trabalho na fase de implementação da moderna política colonial portuguesa

O final do século XIX correspondeu tanto à ocupação efetiva por Portugal das suas colónias africanas, como ao desenvolvimento da produção capitalista em grande escala. Transformar a pessoa do trabalhador em mercadoria comercializável envolveu a criação de nova economia política; a pressão para implementar a sua 'missão civilizadora' levou o governo Português a instituir uma série de reformas trabalhistas. Assim, este novo estágio de desenvolvimento colonial-capitalista de Moçambique foi acompanhado de perto por uma série de medidas políticas destinadas a validar a capacidade civilizadora portuguesa. Esta repousaria sobre a exploração de grandes massas de mão-de-obra barata livre, a chave do progresso: "*o trabalho de colonização consiste em, efetivamente, cultivar tanto a terra como os homens*" (Marnoco e Sousa, 1906: 8).

A transição para o século XX tornou-se um momento crucial na definição na política colonial portuguesa para os nativos africanos. Entre as mudanças radicais estava a reconceptualização do trabalho, no âmbito do moderno direito positivo. Esta reconceptualização alimentava-se das contradições constitutivas do Estado moderno, especificamente do antagonismo entre o direito à liberdade e o direito

a trabalhar – centrais para a moderna concepção de cidadania – e a obrigação do trabalho como mecanismo de transformação do nativo colonizado em futuro cidadão. Nestes contextos as contradições manifestavam-se através de distinções jurídicas e sociais que desvinculavam as esferas coloniais das metropolitanas. E esta alteridade ficou registada em vários atos jurídicos que restringiam o trabalho forçado (obrigatório) apenas aos africanos que habitavam os territórios coloniais.

Como a realidade presente em Moçambique revelou, o trabalho forçado incluiu sempre dois elementos característicos: as pessoas eram forçadas a trabalhar sob a ameaça de algum tipo de pena e os trabalhos ou tarefas eram realizados sob coerção. Os meios de coação poderiam incluir formas extremas, como a violência física, mas também formas mais sutis, tais como a apreensão de documentos de identidade, entre outras. Em suma, a situação de trabalho forçado dependia da relação que se estabelecia entre o trabalhador e seu/sua empregador/a, e não da atividade laboral em si.

O resultado dessas políticas definidas por Portugal foi a transformação do sujeito colonial, o nativo africano, num objeto, sem direitos. Reiterando a virtude emancipatória do projeto civilizacional metropolitano, as leis relativas ao trabalho não recaiam sobre os colonos brancos, que sofriam as inclemências do tempo, a aridez do solo e proliferação de doenças desconhecidas e insuportáveis (Ennes, 1946 [1899]: 28). Um elemento-chave neste processo resultou da aplicação do *Regulamento de Trabalho Indígena*, de 18 de novembro de 1899. Este código, que começava contestando a abordagem liberal para o trabalho livre, estabelecia claramente, no seu primeiro artigo, que todos os nativos africanos das províncias ultramarinas estavam moralmente e legalmente sujeitos a alcançar, através do trabalho, os meios adicionais que precisavam para melhorar sua condição social.[10] Com a introdução de impostos obrigatórios, a partir do final do século XIX, os africanos tiveram de procurar exercer alguma forma de trabalho assalariado, para poder pagá-los. A exigência do pagamento de impostos garantia uma fonte contínua de mão-de-obra para execução de trabalhos forçados quer em obras públicas, quer para empregadores

10 Este Código que seguia a legislação anterior na definição da categoria de 'nativo'; ao mesmo tempo, tornou-se a fonte legal para delinear a segregação radical entre os europeus - cidadãos civilizados, e os nativos - negros, definidos racialmente, sem direitos políticos, destituídos da cidadania. Por exemplo, em 1914, o nativo foi definido como o filho de pai e mãe pertencentes às raças nativas da África, mas também aquelas pessoas que, partilhando as características físicas destas raças, não podem provar ter uma ascendência diferente (Portaria Provincial n º 2.292, de 07 de dezembro de 1914).

privados, tais como as companhias majestáticas coloniais. É assim que o trabalho africano se transformou no elemento chave da economia colonial, legitimando, ao mesmo tempo, a política colonial portuguesa (Macamo, 2006).

Muitos africanos resistiram às políticas coloniais. Como os registros em arquivo testemunham, verifica-se um aumento constante de atos de protesto, descritos pelas autoridades coloniais como experiências de guerra em pequena escala. Este atos incluíam da hostilidade aberta à cooperação, sob qualquer forma, com a administração colonial, à evasão fiscal, às tentativas de fugir do trabalho, entre outros.[11] No entanto, os funcionários da administração colonial detinham meios legais para obrigar os nativos a trabalhar,[12] podendo condenar todos os que considerassem estar em situação irregular (que não tivessem meios de pagar os impostos por não exercer actividades remuneradas), a penas de trabalho forçado em obras públicas, incluindo a possibilidade de serem enviados para outras regiões de Moçambique, ou até deportados, por períodos mais ou menos longos. Ou seja, o trabalho forçado funcionava, como seria repetidamente denunciado posteriormente, como uma condição 'análoga à escravatura'.

A associação do procedimento legal relativo à estruturação do acesso ao trabalho a critérios de identidade (os 'indígenas' que deveriam ser educados eram a população africana), derivou da fundamentação, avançada pela estrutura colonial, para impor o trabalho compulsório como veículo de progresso.[13] Assim, a implementação de um sistema jurídico que institucionalizava a exploração económica do trabalho forçado dos indígenas colonizados – aqueles que deveriam ser 'educados' e 'protegidos' pelo Estado colonial –, simbolizou uma profunda transformação das relações de poder entre colonizados e colonizadores (Meneses, 2010). De uma forma bastante sutil, o poder colonial português estabeleceu-se em territórios africanos através de um conjunto de práticas coercitivas que violavam a essência dos valores democráticos que Portugal proclamava. Os africanos foram transformados

11 Documentação disponível em Arquivo Histórico de Moçambique. Secretaria dos Negócios Indígenas (Secção B, CNI/SNI).

12 De acordo com as leis vigentes, todos os nativos do sexo masculino com idades compreendidas entre 14 e 60 anos tinham de pagar impostos e provar que desenvolviam trabalho assalariado. Inicialmente as mulheres estavam isentas desta obrigação, mas rapidamente foram arrastadas para o trabalho forçado, a fim de pagar os impostos devidos, em situações em que elas funcionavam como chefes de família.

13 Vide o Código Geral do Trabalho Indígena nas Colónias Portuguesas, de 14 de outubro de 1914.

em súditos indígenas, e não em cidadãos; eles tinham obrigações, mas poucos ou nenhuns direitos. A segmentação da sociedade colonial entre 'colonos civilizados' e 'nativos bárbaros' deu consistência ao sistema colonial, que mais tarde seria desafiado pelas lutas de libertação nacional com reivindicações independentistas.

A Companhia do Niassa

Estabelecida no final do século XIX, a Companhia do Niassa[14] foi criada com um objetivo duplo: preservar a soberania portuguesa na sua área sob seu controle e estimular o desenvolvimento económico do norte de

De uma forma bastante sutil, o poder colonial português estabeleceu-se em territórios africanos através de um conjunto de práticas coercitivas que violavam a essência dos valores democráticos que Portugal proclamava.

Moçambique (Neil-Tomlinson, 1977: 110). Para atingir seus objetivos, o *modus operandi* da Companhia baseou-se na política de exploração do trabalho forçado, compulsório, que obrigava os moçambicanos a pagar impostos e trabalhar em plantações e em projetos públicos.

A região norte de Moçambique não era muito atraente para os europeus. Por se tratar de uma área remota associada a um 'clima implacável', a sua população, no início do século XX era composta essencialmente por nativos, com muito poucos mulatos, indianos e 'brancos locais'.[15] Na virada para o século XX, a Companhia do Niassa contava com o apoio de batalhões portugueses, que integravam cerca de 300 homens oriundos de Portugal, e ainda cerca de 2.800 homens africanos, recrutados na região. Os engajamentos iniciais eram por quatro anos, mas alguns serviam por mais tempo (Vilhena, 1905). No entanto, apesar de ser uma colónia no interior de um território

14 Com prerrogativas para explorar os territórios das atuais províncias de Niassa e Cabo Delgado, a Companhia do Niassa esteve ativa entre 1890 e 1929 e contou com a participação de capitais britânicos, franceses, sul-africanos e alemães.

15 Brancos locais (brancos da Terra) era o termo usado para se referir a brancos ou pessoas de pele muito clara nascidos em Moçambique. Ver Boletim da Companhia do Niassa, n.º 133 de 31 de março, 1909.

colonial, a Companhia do Niassa não tinha permissão para formar exércitos, tendo apenas constituído a sua própria força policial, com cipaios.[16] Mal treinados, os cipaios eram capazes apenas de ações militares limitadas, mas muito necessárias visto que a Companhia enfrentou diversas rebeliões locais. Com efeito, a Companhia do Niassa operava com autofinanciamento mínimo. A sua principal fonte de receita provinha da aplicação, às populações locais, de elevados impostos, do uso de mão-de-obra barata e do pagamento, a baixo custo, das culturas de rendimento (Neil-Tomlinson, 1977: 122). Como René Pélissier acentua, esta empresa representou a quintessência da dominação europeia; os seus objetivos eram extorquir o máximo de lucro na região, sem qualquer investimento (1987: 396). Mas este projeto ficou sob escrutínio quando a Primeira Guerra Mundial irrompeu na região.

Os atores na Frente de Moçambique da Primeira Guerra Mundial

A aventura colonial portuguesa em contexto africano, especificamente em Moçambique e Angola, contou com a presença de elementos africanos no exército. Aqui, os africanos realizaram papéis variados, incluindo o de carregadores, informadores e ainda membros de unidades formais do Exército, o que envolveu a sua participação militar de forma mais ativa (Pezarat Correia, 2000: 144; Borges Coelho, 2002: 129).

A presença de tropas africanas acontecia desde há muito; integravam, por exemplo, os grandes exércitos dos p*razos da coroa*,[17] especialmente ao longo do vale do Zambeze.[18] Ayres de Ornellas, um oficial Português que participou das 'campanhas de pacificação' (ocupação militar de Moçambique) no final do século XIX e início do século XX, referiu-se com detalhe a exércitos africanos 'privados' que protegiam os proprietários dos 'prazos' do Zambeze (1901: 51), sinal da sua importância.

O interesse pelas tropas africanas aumentou com a necessidade de ocupar formalmente as colónias após a Conferência de Berlim.

16 O termo cipaio (sepoy em Inglês) deriva da palavra persa 'sipāh' que significa soldado de infantaria: e, no contexto colonial de Moçambique era um termo usado para fazer referência aos soldados indígenas.

17 Os *prazos da coroa* (doações de terras da coroa) eram grandes propriedades possuídas por portugueses no centro de Moçambique. Estas grandes propriedades, alugadas a mulheres portuguesas por três gerações, tornou-se a principal forma de exercício do controle português na bacia do Zambeze até o século XX. Sobre este tema veja-se Newitt, 1969, 1995 e Isaacman, 1982.

18 Veja-se, a este respeito, entre outros, Coutinho, 1941; Pélissier, 1987 e Rodrigues, 2006.

Um dos elementos-chave do acordo geral assinado durante esta conferência referia-se ao 'princípio da ocupação efetiva' que afirmava que as potências europeias poderiam reclamar o direito a territórios coloniais desde que realmente os 'ocupassem'. Isso significava que as potências colonizadoras tinham que ter acordos com líderes locais, a arvorar ai a sua bandeira, e que a sua administração efetivamente governava esses território, normalmente com a ajuda de uma força policial ou militar para manter a ordem, como aconteceu com o a Companhia do Niassa, descrito acima. No entanto, até finais do século XIX Portugal detinha pouco controle político e militar sobre os territórios que se tornariam suas colónias africanas (Costa, 1901).

As alterações internacionais impostas na Conferência de Berlim exigiram transformações profundas: controle territorial e a quebra de resistência local, africana, para garantir a autoridade portuguesa. Portugal enfrentou grandes problemas para impor a sua presença nas três principais colónias africanas - Guiné, Angola e Moçambique -, principalmente devido às longas distâncias que separavam estes territórios de Lisboa e à escassez de homens. Como consequência, foram realizadas as 'campanhas de ocupação', em grande parte através do uso de forças locais, complementadas pelo envio de tropas expedicionárias de Lisboa e da Índia (Borges Coelho, 2002: 132).[19] Esta orientação foi o cerne da posição política avançada antes por Mouzinho de Albuquerque, um oficial e comissário colonial militar, tanto na Índia como em Moçambique. Para Mouzinho, o soldado europeu era muito caro. E defendia o uso, na primeira linga, de soldados africanos, mais adaptado ao clima e muito mais baratos (1889: 37).

A integração gradual das tropas africanas no Exército Português acompanhou de perto a ocupação militar e administrativa do território de Moçambique. Tropas angolanas e indianas participaram das campanhas militares do Vale do Zambeze, bem como na campanha contra Ngungunhane, o governante Nguni do centro-sul de Moçambique, em 1895 (Ennes, 1971 [1893]: 115). Simultaneamente unidades armadas formadas com indígenas de Moçambique serviam noutras colónias portuguesas, como a Guiné, Goa, Macau e Timor (Faustino, 1920; Azambuja Martins, 1936: 34). Se no princípio as forças locais eram recrutadas de forma não sistemática e, de forma algo

19 Para a caracterização das forças militares portuguesas em Moçambique, veja-se Teixeira Botelho, 1921. Apesar de poucos dados quantitativos disponíveis, Isaacman (1982) afirma que, durante o período mais crítico das campanhas de ocupação no vale do Zambeze, no final do século XIX, mais de 90% dos soldados no lado colonial eram africanos.

arbitrária, em breve a situação mudaria acompanhando a expansão da autoridade portuguesa ao nível local e a introdução do censo populacional (Borges Coelho, 2002: 133).[20]

Os exércitos africanos que serviram nas colónias não eram institucionalmente diversificados do exército metropolitano; no entanto, as distinções estavam presentes devido à sua localização geográfica e as particularidades de sua composição (presença de unidades de 'indígenas' propósitos, etc.).[21] Em Moçambique, uma grande reforma institucional ocorreu em 1901, quando dez companhias indígenas foram formadas no território, como parte do Exército Português. Esta situação mudou drasticamente, uma década depois. Em 1914, quando a Primeira Guerra Mundial irrompeu na Europa e o risco de um sério conflito com os territórios alemães vizinhos aumentou, Portugal - ainda formalmente neutro - optou pela criação de uma reserva militar em Moçambique. Acompanhando a experiência alemã com os askaris,[22] a administração colonial portuguesa recrutou e treinou 20-30.000 africanos (cerca de metade das forças militares totais na colónia), para enfrentar o risco latente da invasão do norte de Moçambique pela vizinha Alemanha colonial (África Oriental Alemã, o Tanganica). Com este mesmo propósito algumas forças expedicionárias portuguesas também foram enviadas de Lisboa para o território moçambicano.

No final de 1914, e na sequência da reforma militar de 1901, o Exército Português em Moçambique tinha dois ramos principais: um incluía os europeus e as forças expedicionárias; o outro que integrava os africanos, que eram comandados por oficiais metropolitanos. Forças policiais também foram estabelecidas na colónia, como parte da estrutura repressiva do Estado colonial e das grandes companhias. Porém, em termos de forças militares / de segurança, em 1914 a situação geopolítica de Moçambique ainda não estava completamente coberta: Portugal controlava efetivamente a parte sul da colónia, enquanto os territórios centrais e do norte estavam sob controlo das companhias,[23] dotadas das suas próprias forças policiais e / ou milícias.

20 Além disso, com as leis do trabalho, as autoridades tradicionais, pessoas com deficiência e os que haviam servido no Exército Português seriam isentos da realização de trabalho obrigatório, a partir do início do século XX em diante, confirmando a 'nacionalização' da população africana nas colónias.

21 Veja-se Azambuja Martins, 1936.

22 A palavra Askari provem do árabe e significa 'soldado'; esta expressão está presente no Swahili, ao longo da costa leste africana, com o mesmo significado.

23 Principalmente a Companhia do Niassa e a Companhia de Moçambique.

Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu em Moçambique, vários grupos de forças de segurança estavam presentes, refletindo, a partir de diferentes locais de poder, a estrutura política colonial de Moçambique (Cértima, 1924; Gomes da Costa, 1925):

1| militares europeus/brancos, a elite do exército, incorporados essencialmente em Portugal, Alemanha e Inglaterra, mas também incluindo as militares brancos oriundos da África do Sul, África Ocidental, etc.;

2| as unidades militares regulares africanos;

A aventura colonial portuguesa em contexto africano, especificamente em Moçambique e Angola, contou com a presença de elementos africanos no exército.

3| unidades de apoio irregulares, integrando-africanos, tais as askaris para o Exército alemão, os sipaios para os britânicos e os cipaios em Moçambique. Incluia também os intérpretes;[24]

4| elementos das estruturas administrativas coloniais e pessoal de apoio;

5| carregadores e outro pessoal de apoio, geralmente sem qualquer formação e subordinada à disciplina das unidades do exército formais.[25]

Se as unidades africanas do exército são muitas vezes esquecidas, os carregadores, mal alimentados e raramente pagos, tornaram-se uma força invisível, cuja participação praticamente foi apagada das referências da Iª GM. Na verdade, na frente de Moçambique, bem como nas outras frentes africanas durante esta guerra, um núcleo de trabalhadores, em

24 De Português para as línguas locais, usadas maioritariamente pelas forças militares indígenas. Estes intérpretes eram conhecidos como 'Línguas'.

25 Veja-se Downes, 1919; Faustino, 1920; Lettow-Vorbeck, 1920; Teixeira Botelho, 1921; Azambuja Martins, 1936; Hodges, 1997; Arrifes, 2004; Hespanha, 2010.

número muito significativo, revelou-se fulcral para garantir a faina dura e desagradável de levar mantimentos, munições e mesmo transportar pessoas em territórios servidos por poucas estradas funcionais. E foi necessária uma estrutura legal que tornasse legítima a exploração, por Portugal, destes africanos.

A Primeira Guerra Mundial – o teatro de guerra em Moçambique

Quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu na Europa, Portugal, um forte aliado da Grã-Bretanha (ma que, ao mesmo tempo, procurava manter uma posição de neutralidade), viu com apreensão a possibilidade de uma ocupação alemã de suas colónias (Newitt, 1995: 416).[26] De fato, logo no início, ainda em 1914, escaramuças haviam ocorrido tanto no sul de Angola como no norte de Moçambique,[27] nos territórios adjacentes às colónias alemãs. A 09 de março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal, e, consequentemente, Moçambique – fronteira com a África Oriental Alemã[28] – entrou na guerra.

Desde o início da guerra Moçambique tornou-se um objectivo estratégico para o Exército Português, que procurava prevenir invasões das forças alemãs. Mas os problemas de transporte, de saúde e de abastecimento das forças militares eram um impedimento constante (Faustino, 1920). Esses fatos, juntamente com a desorganização da administração colonial, refletiam a preparação deficiente (e explicavam os resultados fracos) das forças portuguesas na frente de Moçambique (Gomes da Costa, 1925).

Em 1916, os portugueses conseguiram controlar Kionga.[29] Posteriormente, as tropas portuguesas (com apoio britânico) tentariam,

26 Veja-se também Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do Governo Geral, Cx.41, 'Circular do Gabinete do Governador Geral aos Governadores Distritais e Companhias do Nyassa e Moçambique', de 15 de agosto de 1914 e *Evening Post*, 'Germany's wants: Professor Delbruck's indictment', de 07 de março de 1912.

27 Em Moçambique, as escaramuças ocorreram em agosto de 1914, quando as forças alemãs tentaram ocupar um pequeno posto militar em uma área remota ao longo do rio Rovuma (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo do Governo Geral Cx.1; "Telegrama do Governador do Niassa para o Governador-Geral", de 10 de agosto de 1914; "Tradução portuguesa de um documento alemão sobre Maziua", de 03 de setembro de 1914; Cópia da "Informação do Alferes Francisco Augusto Ferreira Júnior sobre Mazíua", de 29 de setembro de 1914).

28 Atualmente Tanzânia.

29 As duas potências europeias – Alemanha e Portugal – tinham assinado um acordo sobre as fronteiras de demarcação alguns anos antes, em 1909. No entanto, Portugal nunca aceitara que a foz do rio Rovuma permanecesse sob controlo alemão, e a área continuou a ser uma questão em disputa. Situação resolvida apenas após a guerra com a integração do 'triângulo de Kionga' no território de Moçambique (Pires, 1924; Gomes da Costa, 1925: 73, 91).

inutilmente, impedir uma penetração mais profunda das forças alemãs em território moçambicano.

Os alemães, tendo visto as suas forças a diminuir, atravessaram o rio Rovuma para o lado de Moçambique no final de 1917, usando táticas de guerrilha. Lettow-Vorbeck, o comandante alemão, atacou as forças portuguesas e seus aliados, conseguindo escapar de novo e de novo (1920: 231 -232).[30] Suas forças, agora compostas predominantemente de askaris, invadiram praças militares portuguesas, em busca de armas, munições e alimentos (Downes, 1919: 280; Lettow-Vorbeck, 1920: 260-262).

Como mencionado acima, a região norte do Moçambique, onde muitas das operações militares da Iª GM tiveram lugar, foi um teatro de guerra complicado. As campanhas militares para garantir a ocupação efetiva do território (asseverar a submissão das lideranças locais e a plena integração dos território ao controle português) tinha ocorrido apenas um par de anos antes, na década de 1910 (Medeiros, 1997: 242-244). Os africanos mantiveram fortes sentimentos antiportugueses, experimentando exploração e humilhações.[31] Para assegurar o controlo destes territórios durante a guerra, as autoridades portuguesas reforçaram as medidas repressoras para com os africanos sob seu controle, e as forças alemãs usaram esta situação em seu favor. O comandante das forças alemã, Paul von Lettow-Vorbeck, descreveu como "*os indígenas mostraram-se muito amigáveis para os nossos homens, que consideravam seus libertadores da opressão portuguesa*" (1920: 249).

Os alemães abriram caminho sendo amistáveis para com os moradores locais, indígenas, de quem obtinham alimentos, pagando por isso com peças de tecidos apreendidos em lojas de proprietários asiáticos nas aldeias. Esta hábil estratégia de guerrilha permitiu a Lettow-Vorbeck contar com o apoio da população, o que ajuda a explicar o sucesso das forças alemãs, que conseguiram realizar uma série bem sucedida de operações militares ao estilo *hit-and-run* até o final da Iª GM. Tendo atravessado os territórios da Companhia do Niassa, as forças alemãs, depois de ameaçar tomar Quelimane, um importante centro urbano no delta do Zambeze, no centro de Moçambique, voltaram a noroeste e invadiram a Rodésia do Norte,[32] esquivando-se às for-

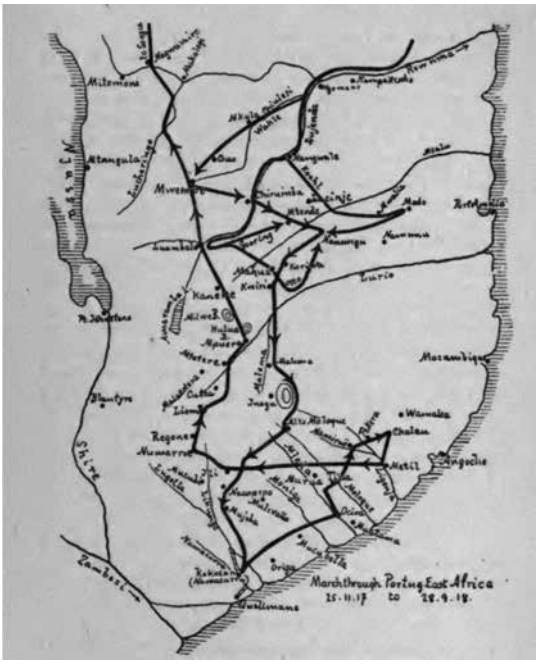
30 Esta opção por uma estratégia de guerrilha incluiu ataques a alvos não-militares e episódios de assalto à mão armada. Com essa tática ele evitou o confronto direto com o inimigo, optando por atacar seus pontos fracos na retaguarda.

31 *Boletim da Companhia do Nyassa*, Suplemento ao nº 175: 'A coluna contra o Mataca', de 18 de outubro de 1912.

32 Atualmente Zâmbia.

ças coloniais portuguesas e britânicas, numericamente superiores. Foi nesta região que as forças alemãs se renderam aos britânicos, semanas após o fim da guerra (Lettow-Vorbeck, 1920).

Figura 1. Atividades militares no teatro de guerra de Moçambique durante a Iª Guerra Mundial (Lettow-Vorbeck, 1920: 297).



As forças na guerra

Um teatro de guerra tão extenso requereu a presença de um número significativo de forças militares. Em 1915, a frente alemã em Tanganica era composta por 2.200 soldados europeus, 11.100 tropas africanas regulares e 3.200 irregulares, divididas em várias companhias, lideradas pelos europeus.

A experiência alemã com forças recrutadas localmente, particularmente os askaris, foi um fator muito positiva nos teatros de guerra africanos. Vários relatos descrevem os askaris – o Schutztruppe, uma força de protecção irregular –, como composta de tropas nativas altamente treinadas (sujeitas a um rigoroso processo de seleção), severamente disciplinada e treinada por quadros alemães, e muito bem pagas (Faustino, 1920; Costa, 1932). Lideradas por oficiais europeus, a

maior concentração de tropas irregulares recrutadas localmente encontrava-se na África Oriental Alemã, sob o comando de Lettow-Vorbeck.

As tropas britânicas, na frente de guerra da África Oriental, integravam cerca de 160.000 soldados e cerca de um milhão de carregadores (Hodges, 1997).[33]

As forças portuguesas na África Oriental, por seu lado, contavam com quase 50.000 soldados, incluindo cerca de 19.000 europeus, 10.000 forças regulares africanas e mais de 20.000 cipaios e outros militares irregulares (Afonso, 2008).[34] Tanto as tropas portuguesas regulares como as irregulares eram chefiadas por oficiais europeus.

Desde o início da guerra Moçambique tornou-se um objectivo estratégico para o Exército Português, que procurava prevenir invasões das forças alemãs.

Os carregadores

Cada um dos três exércitos que lutaram em Moçambique – o português, o britânico e o alemão – além das forças nativas regulares e irregulares nativas, também contou com um contingente significativo de carregadores. Mas os africanos esquivavam-se ao trabalho de carregador. A solução encontrada pelo governo colonial em Moçambique foi a aplicação inclemente dos códigos de trabalho que haviam sido aprovados pouco antes do início da guerra. Assim, a política portuguesa de recrutamento de forças nativas em Moçambique combinou o alistamento de voluntários com o recrutamento forçado. Os métodos aplicados para persuadir os africanos a servir como carregadores assumiram várias formas: ameaças económicas e políticas às lideranças locais, intimidação e extorsão de pessoas e

33 No início de 1918 quase todas as unidades de infantaria compostas por brancos e indianos britânicos tinham sido retiradas do teatro de guerra do Leste Africano principalmente por razões de saúde, entre outros motivos (Downes, 1919).

34 Os africanos representavam cerca de 48% das forças nesta frente, muito menos do que as forças africanas que faziam parte do contingente alemão.

sequestros em massa. A pressão económica causada pela exigência do pagamento de impostos e a prática colonial de subordinação dos indígenas ao trabalho forçado transformaram as populações locais em carregadores militares, com todos os riscos e dificuldades inerentes a esta atividade. Ao contrário dos soldados, os carregadores eram pagos de forma anárquica, e não tinham quaisquer perspectivas de receber gratificações, ou até mesmo pensões por invalidez (como aconteceu com as forças armadas). Essas condições eram de pouco incentivo para o alistamento voluntário. Como a documentação disponível revela, o recrutamento de africanos conheceu todos os tipos de resistência, que vão desde o absentismo às fugas para o mato ou para territórios vizinhos (Companhia do Niassa, 1912: 165-166; Costa, 1932: 148).[35]

Os relatórios militares revelam a presença de carregadores voluntários e forçados: os voluntários seguiam as colunas militares ao longo da campanha, independentemente dos serviços a serem executados, enquanto a maioria dos carregadores forçados a tal eram dispensados quando não havia fretes para carregar e recrutados novamente quando necessário (Faustino, 1920: 2).

Mas o registo da sua presença no campo de batalha está em falta nas contas oficiais. Os relatórios referem-se apenas ao número de carregadores contratados e a região onde tinham sido arrolados. Esses relatórios contêm referências sob o fato de que esses carregadores, ao seguirem as colunas militares, serem objeto de trino; durante os intervalos das ações militares alguns deles recebiam treino como soldados irregulares para substituir os efetivos mortos em campanha. Muita da tropa indígena oriunda da colónia de Moçambique e que que ficou prisioneira dos alemães havia inicialmente sido contratada como carregadores (Faustino, 1920: 20).

O relatório de balanço de um oficial de Português, capturado pelas forças alemãs no norte de Moçambique,[36] expunha a importância dos transportadores: "*Ao longo das marchas os carregadores transportavam a reserva de munições, material de ambulância, liteiras (às vezes com feridos, até chegarem ao hospital). Durante as bata-*

35 Estes casos seriam denunciados pelos britânicos durante a Conferência de paz de Paris, levando a uma investigação aprofundada sobre as condições de trabalho forçado em Moçambique (Hespanha, 2010).

36 Quartel General da Colónia de Moçambique (1919). *Resposta do capitão de Infantaria Sr. Manuel João Afonso, ao questionário que lhe foi feito sobre os factos que observou enquanto esteve prisioneiro dos alemães*. Julho de 1919 (coleção particular).

lhas, era seu dever proteger o armamento, e, no final, recolher o saque ". Como o número de vítimas de guerra aumentou, e porque as baixas por doenças e excesso de trabalho resultaram em uma aguda escassez de carregadores, a falta de abastecimento de alimentos e munições para a linha de frente representou um problema grave, especialmente a partir de 1916 (Killingray e Matthews, 1979: 8 9). Os dados preliminares disponíveis sugerem que os carregadores fornecidos aos britânicos em Moçambique ascenderam a mais de 30.000 enquanto o exército português contou com o apoio mais ou permanente de mais de 60.000 indígenas (Azambuja Martins, 1934: 186). Embora o número total de carregadores empregados nesta frente de guerra seja difícil de contabilizar, o recrutamento forçado de carregadores teve um impacto devastador sobre as populações da região. Um dado importante a reter é o número de carregadores que pereceram: cerca de 50.000. Em comparação com o número oficial de mortos de todas as forças portuguesas, 2.324 soldados e funcionários (a maioria deles sucumbiram a doenças), o número de mortos entre os carregadores é terrível (Azambuja Martins, 1934: 183-189). No final da guerra, os problemas envolvendo o recrutamento forçado foram trazidos para a Conferência de paz de Paris (Moniz, 1919), um sinal de sua importância crítica.[37]

As condições de trabalho dos carregadores eram abjetas. Como vários diários de guerra revelam, os carregadores, que podiam ser tanto membros de lideranças tradicionais como simples camponeses, tinham que seguir o exército em marcha, ameaçados de levar chicotadas e mesmo de pena de morte (Marques, 2012: 211).[38]

O 'recrutamento' desses homens (e, em alguns casos, até mesmo das mulheres,[39] que seguiriam seus maridos) através do trabalho forçado desviou uma enorme força de trabalho até então dedicada à agricultura. Este fato, somado a uma demanda persistente por alimentos, a uma requisição contínua do pagamento de impostos, à devastação dos territórios pela ação da guerra em si, e a uma seca que

37 Dr. Egas Moniz, *Um ano de política*, 1919. (Apontamentos da Delegação à conferência da paz). "Os carregadores portugueses fornecidos ás tropas inglesas elevaram-se a 30.000 e os empregados pelas nossas tropas atingiram 60.000; as perdas totais na nossa população indígena de Moçambique deviam ter-se aproximado de 100.000 almas".

38 Vários relatos referem-se a situações em que carregodores foram enforcados, como um meio de resolver o problema do potencial excesso de prisioneiros infiéis.

39 Eram as mulheres quem carregavam parte do equipamento necessário à montagem dos acampamentos e utensílios culinários, sendo responsáveis pela preparação de alimentos para suas famílias (especialmente para o caso de tropas irregulares, como os askaris e os cipaios).

afetou a região em 1919, transformaram as zonas de guerra do norte de Moçambique em áreas de desastre total. Tudo isso contribuiu para a propagação de doenças,[40] da fome e de epidemias que, de acordo com algumas estimativas portuguesas, continuaram a ceifar um número muito elevado de vidas entre a população local (Neil-Tomlinson, 1977: 120-121).[41] Os impactos negativos sobre as economias locais nos territórios que integraram a frente Leste africana durante a Iª GM, continuaram a fazer-se sentir muito além do fim da guerra (Pélissier, 1987).

Os carregadores que suportaram o peso da guerra, encarnavam o epítome do não-ser colonial. E assim desapareceram das estatísticas da guerra. Os registros do exército não os mencionam: eles permaneceram presenças sem nome, uma vez que, formalmente, não foram soldados. São apenas estatísticas episodicamente referidas em relatórios militares.

No final da guerra, os sobreviventes tiveram que encontrar o caminho para os seus lugares/ regiões de recrutamento e perdeu-se qualquer traço da sua presença nos palcos de guerra. E assim os carregadores africanos são apenas sombras de guerra cujas histórias, soterradas nos escombros de Cariacó, esperam por serem contadas.

Conclusão

Este artigo procurou desafiar as persistentes tentativas de se impor uma interpretação única, hegemônica e eurocêntrica desta guerra. Com o objetivo de "dar voz", de tornar visível a participação dos africanos na Iª GM, tentou-se ampliar a teorização das inter-relações e dinâmicas entre os projetos coloniais, as leis, as instituições e os processos históricos e as suas narrativas, propondo assim uma leitura mais complexa sobre a guerra, a resistência e o colonialismo moderno.

A Primeira Guerra Mundial representou um ponto de viragem nas relações de Portugal com as suas colónias africanas. O fim da guerra influenciou a execução de alguma das políticas coloniais, como a implementação das leis de trabalho, bem como a consolidação do recrutamento formal de um exército de africanos. Esta situação, experimentada durante a Iª GM, seria replicada durante a chamada

40 Os registros referem-se a surtos de varíola, doença do sono, doenças venéreas, disenteria e influenza.

41 Relativamente às condições de saúde das forças portuguesas europeias estacionadas em Moçambique, verificava-se que quase todos sofriam de malária, disenteria ou sífilis, que as tropas indígenas não eram pagas há meses, e que os carregadores sofriam de pneumonias e gripes, porque dormiam ao relento sem terem sequer um cobertor. Paice, Edward (2008), Tip & Run, The Untold Tragedy of the Great War in Africa. London: Phonix, 316-323.

guerra colonial, a partir de 1963 até 1974. A relevância da participação de africanos na Iª GM Mundial rapidamente entrou no *hall* do esquecimento das memórias de guerra, sem registros para alertar a posteridade como eles haviam perdido suas vidas. Mas a importância das forças regulares e irregulares africanas, preservadas nas páginas de diversas publicações, persistentemente insiste em prestar-lhes homenagem:

> Através de tudo isso o soldado alemão nativo serviu seu mestre mais fielmente. [...] Se os alemães voltarem as retomar as suas colónias, entretanto perdidas, nós [britânicos] e o resto do mundo podemos contar com um desastre; depois de terem descoberto como é bom o soldado negro, na primeira oportunidade os alemães procurarão formar um grande exército colonial negro, o que será uma ameaça, não só para o resto da África, mas para todo o mundo.
>
> Sem a ajuda de tropas negras os Aliados nunca teriam sido capazes de conduzir von Lettow para fora da África Oriental Alemã. O Império deve mais reconhecimento do que até data foi dado ao soldado negro por tudo o que teve de suportar por causa do Império (Downes, 1919: 288).

Como este excerto retrata, as relações coloniais estavam no centro da inserção de instituições modernas em contextos africanos, um aspecto geralmente tornado invisível e inaudível na maioria das análises dos conflitos modernos. A narrativa dominante sobre a Primeira Guerra Mundial raramente considera 'outras' participações (razões, trajetórias e implicações) neste conflito, justamente porque privilegia uma análise eurocêntrica e linear da guerra, reconhecendo como combatentes legais, essencialmente, as forças expedicionárias que lutaram na frente europeia.

Momentos e atores históricos específicos – como as tropas africanas e os carregadores– são passíveis de interpretações diferentes conforme o tempo passa e projetos de pesquisa emergentes colocam novas questões sobre o passado para interpretar o presente. A ignorância, no Norte global, de muitos aspectos e episódios de violência totalmente associados com as experiências vivenciadas durante a Primeira Guerra Mundial em contextos africanos é um bom indicador da tenacidade do pensamento abissal no mundo contemporâneo. E a invisibilização histórica da violência colonial revela que o colonialismo como uma relação social persiste além do fim do colonialismo como uma relação política (Santos, 2003, 2007).

A fim de compreender as continuidades nos/dos movimentos de resistência nas colónias africanas temos que identificar as

conexões entre o desenvolvimento de resistências à imposição do domínio colonial, que Ranger (1968) definiu como 'resistência primária', e dos movimentos nacionalistas modernos, que o mesmo autor descreveu como 'resistência secundária'. Esta abordagem permite situar as pessoas, tanto quanto possível, em seu próprio tempo, tentando entender o que motivou-as então a resistir contra o que nos seus próprios termos. Isto é particularmente relevante quando se tenta entender várias forças envolvidas em guerras e vários momentos de resistência. Como este trabalho tentou apresentar, na frente militar de Moçambique testemunharam-se tanto momentos de colaboração como momentos de resistência ao longo da Primeira Guerra Mundial. Portanto, a noção de uma posição 'africana' nesta guerra é problemática. Quando se discute a resistência ao regime colonial em Moçambique, em tempos de guerra, é preciso identificar quais componentes estavam envolvidos na resistência, em que bases, bem como os impactos da sua oposição (Ellis, 2003: 83). Para que sejam úteis a todos, as interpretações sobre os vários momentos de participação na Primeira Guerra Mundial precisam ser elaboradas sobre e em relação explícita a um determinado tempo e lugar. Ao mesmo tempo, para que as respostas façam sentido, é preciso reconhecer que nada estava imune a mudanças. Um dos problemas com os termos resistência e colaboração é que eles sugerem que as comunidades adotavam uma ou outra postura, de uma forma estática. Mas, ao longo da história, as pessoas iriam realizar alianças – às vezes com os opressores – mudando assim as formas de resistência ou de colaboração ao longo do tempo.

Uma abordagem simplificada e estática sobre a resistência africana ao colonialismo espelha o que Boaventura de Sousa Santos (2007: 4) reconhece como o fator estrutural do pensamento abissal, "a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha". Em outras palavras, insistindo em uma única narrativa que une todos os momentos de resistência em uma única narrativa nacionalista, não só traz o risco de anacronismo (Ellis, 2003: 83), mas também separa os conflitos e as possíveis alianças entre forças distintas.

Ao expor a participação dos africanos na Primeira Guerra Mundial como uma violência epistemológica, este trabalho pretende desafiar as narrativas "estáveis" sobre esta guerra – que ordenam a nossa visão e apoiar as hierarquias de análise utilizadas. Ao questionar, em sua essência, a ideia de silenciar e invisibilizar como elementos fundamentais de estruturação histórica eurocêntrica moderna, que visa perpetuar uma única perspectiva, estática sobre o passado presente, esta pesquisa procurou demonstrar que tal perspectiva pode ser contestada por uma ótica que atue de forma situada, localizada e politicamente

posicionada (Haraway: 1991: 186). Um mundo relacional constrói-se sobre uma história heterogênea, que articule de forma dialógica locais, eventos e atores ativos específicos. Porque os conhecimentos, perspectivas, testemunhos, pareceres e discursos sempre fluem de um corpo particular, localizado em um determinado tempo e espaço, literalmente e relacionalmente. Como tenho discutido noutros trabalhos (Meneses, 2010, 2011), o que é necessário é uma narrativa feita de histórias interligadas, local e regionalmente articuladas, desafiando os pressupostos (pre)dominantes de uma perspectiva pós-colonial. Esta mudança teórica e metodológica responde a uma preocupação crescente em recuperar histórias silenciadores de vários locais. Afinal de contas, no cerne das nações modernas sempre podem ser encontrados atos de extrema violência – fato que se reflete nos campos de batalha, fortalezas e memoriais de guerras que dominam as listas de monumentos históricos e temas de nomeação de ruas da maioria das nações. Mas os silêncios persistentes sobre a participação de homens e mulheres africanos nos vários episódios de guerra travados em territórios coloniais são evidências da herança de um conflito mais amplo – o violento encontro colonial – cuja complexidade continua a ser muito pouco abordada nas narrativas sobre o passado presente.

Referencias

Afonso, Aniceto 2008 *Grande Guerra: Angola, Moçambique e Flandres 1914-1918* (Lisboa: Quidnovi Editora).

Allina-Pisano, Eric 2012 *Slavery by Any Other Name: African life under Company Rule in Colonial Mozambique* (Charlottesville: University of Virginia Press).

Arrifes, Marco Fortunato 2004 *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)* (Lisboa: Cosmos).

Azambuja Martins, Eduardo 1934 "A Campanha de Moçambique" em Martins, Ferreira (ed.), *Portugal na Grande Guerra* (Lisboa: Atica) vol. 2: 183-189.

Azambuja Martins, Eduardo Augusto 1936 *O Soldado Africano de Moçambique* (Lisboa: Agência Geral das Colónias).

Borges Coelho, João Paulo 2002 "African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique" em *Portuguese Studies Review* 10 (1): 129-150.

Cértima, António de 1924 *Epopeia maldita: o drama da guerra d'Africa* (Lisboa/Brasil Depositária).

Césaire, Aimé 1955 *Discours sur le colonialisme* (Paris: Présence Africaine).

Companhia do Nyassa 1912 *Sobre a Situação da Companhia em Dezembro de 1911* (publicação reservada aos accionistas). (Lisboa: Typographia 'A Editora').

Correia, Milton 2010 *Norte de Moçambique, 1886-1918: Soberania, dominação e administração coloniais* (Maputo: Tese de Mestrado apresentada à faculdade de Educação da Universidade Pedagógica).

Costa, Eduardo Augusto F. 1901 "Estudo sobre a Administração Civil nas Nossas Possessões Africanas" em *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 19º série, 7-12, 535-761.

Costa, Mário 1932 *É o Inimigo que Fala: Subsídios inéditos para o estudo da campanha da África Oriental, 1914-1918* (Lourenço Marques: Imprensa Nacional).

Coutinho, João de Azevedo 1941 *Memórias de um Velho Marinheiro e Soldado de África* (Lisboa: Bertrand).

Downes, W. D. 1919 *With the Nigerians in German East Africa* (London: Methuen and Co).

Ellis, Stephen 2003 "Colonial conquest in central Madagascar: Who resisted what?" em Abbink, J.; de Bruijn, M.; van Walraven, K. (org.) *Rethinking Resistance: Revolt and Violence in African History* (Leiden: Brill).

Ennes, António 1971 [1893] *Moçambique: relatório apresentado ao governo* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar).

Ennes, António 1946 [1899] "O Trabalho Indígena e o Crédito Agrícola" em *Antologia Colonial Portuguesa, 1, Política e administração* (Lisboa: Agência Geral das Colónias).

Faustino, Francisco dos Anjos 1920 *Monografia da 10º Companhia Indígena de Infantaria pelo tenente de infantaria da mesma unidade* (Lisboa: Mimeo).

Gomes da Costa, Manuel de Oliveira 1925 *A Guerra nas Colónias, 1914-1918* (Lisboa: A. Brandão).

Haraway, Donna 1991 *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature* (New York: Routledge).

Hespanha, António Manuel 2010 "Um Relatório Inédito sobre as Violências Portuguesas na Frente Moçambicana da I Grande Guerra" em *Africana Studia*, 14 (1): 163-197.

Hodges, Geoffrey 1997 *Kariakor - The Carrier Corps: the story of the military labour forces in the conquest of German East Africa, 1914–1918* (Nairobi: Nairobi University Press).

Isaacman, Allen 1982 *Mozambique: The Africanization of a European institution, the Zambezi Prazos (1750-1902)* (Madison: University of Wisconsin Press).

Killingray, David; Matthews, James 1979 "Beasts of Burden: British West African Carriers in the First World War" en *Canadian Journal of African Studies*, 13 (1/2): 7-23.

Lettow-Vorbeck, Paul von 1920 *My Reminiscences of East Africa* (Nashville: Battery Classics).

Macamo, Elisio 2006 "Denying Modernity: the regulation of Native Labour in Colonial Mozambique and its Postcolonial aftermath" em Macamo, Elísio (org.) *Negotiating Modernity: Africa's ambivalent experience* (London: Zed Books).

Marnoco e Sousa, António José Ferreira 1906 *Administração Colonial* (Coimbra: Typographia França Amado).

Marques, Ricardo 2012 *Os Fantasmas do Rovuma: A epopeia dos soldados portugueses em África na 1º Guerra Mundial* (Lisboa: Oficina do Livro).

Mbembe, Achille 2002 "African Modes of Self-Writing" en *Public Culture*, 14(1): 239-273.

Medeiros, Eduardo C. 1997 *História de Cabo Delgado e do Niassa, c. 1836-1929* (Maputo: Central Impressora).

Meneses, Maria Paula 2010 "O 'Indígena' Africano e o Colono 'Europeu': a construção da diferença por processos legais" em *E-cadernos CES*,

7: 68-93, disponível em http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/04%20-%20Paula%20Meneses%2023_06.pdf.

Meneses, Maria Paula 2011 "Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in World History" em *Human Architecture*, 9: 121-137.

Moniz, Egas 1919 *Um Ano de Política* (Lisboa: Sociedade Editora).

Monnerville, Gaston; Sédar-Senghor, Léopold; Césaire, Aimé 1948 *Commémoration du Centenaire de l'Abolition de l'Esclavage: discours prononcés à la Sorbonne le 27 Avril 1948* (Paris: PUF).

Mouzinho de Albuquerque, Joaquim 1889 "A Reorganização dos Exércitos Ultramarinos" em *Revista Militar,* 41 (7).

Mudimbe, Valentin Y. 1994 *The Idea of Africa* (Bloomington, IN: Indiana University Press).

Neil-Tomlinson, Barry 1977 "The Nyassa Chartered Company: 1891-1929" em *Journal of African History*, 18 (1): 109-128.

Newitt, Malyn 1969 "The Portuguese on the Zambezi: an historical interpretation of the Prazo System" em *The Journal of African History* 10 (1): 67-85.

Newitt, Malyn 1995 *A History of Mozambique* (London: Hurst & Co).

Ornellas, Ayres de 1901 *Raças e Línguas Indígenas de Moçambique* (Lisboa: A Liberal).

Parker, John; Rathbone, Richard 2007 *African History: a very short introduction* (Oxford: Oxford University Press).

Pélissier, René 1987 *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918), Vol I* (Lisboa: Editorial Estampa).

Pezarat Correia, Pedro 2000 "A Participação Local no Desenvolvimento das Campanhas: o recrutamento africano" em Instituto de Altos Estudos Militares (org.) *Estudos sobre as Campanhas de África, 1961-1974* (Estoril: Atena).

Pires, J. António 1924 *A Grande Guerra de Moçambique* (Porto: Edição do Autor).

Rodrigues, Maria Eugénia 2006 "Cipaios da Índia ou Soldados da Terra? Dilemas da naturalização do exército Português em Moçambique no século XVIII" em *História: Questões & Debates*, 45: 57-95.

Santos, Boaventura de Sousa 2003 "Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências" em Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as Ciências" revisitado* (Porto: Afrontamento).

Santos, Boaventura de Sousa 2007 "Beyond Abyssal Thinking: From global lines to ecology of knowledges" em *Review Fernand Braudel Center* XXX (1): 45-89.

Teixeira Botelho, José Justino 1921 *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias* (Coimbra: Imprensa da Universidade).

Vilhena, Ernesto Jardim de 1905 *Relatórios e Memórias sobre os Territórios da Companhia do Nyassa* (Lisboa: A Editora).

Vincent-Smith, J. D. 1974 "The Anglo-German Negotiations over the Portuguese Colonies in Africa, 1911–1914" en *The Historical Journal*, 17 (3): 620–629.

White, Luise 2000 "Telling More: lies, secrets, and history" em *History and Theory,* 39 (4): 11–22.